



Recebido em:
05/08/2017
Aprovado em:
06/08/2017
Editor Respo.: Veleida
Anahi
Bernard Charlort
Método de Avaliação:
Double Blind Review
E-ISSN:1982-3657
Doi:

EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA A PARTIR DE PESQUISA EM ESCOLAS DE SÃO CRISTOVÃO – SE.

MARIA OCILEIDE DIAS SANTOS
VALERIA RESENDE DE MELO.

EIXO: 1. EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo geral analisar a contribuição do Programa Bolsa Família para a educação básica no Brasil, partindo do pressuposto de que a educação é um dos fatores essenciais para o processo de desenvolvimento, em uma perspectiva furtadiana deste fenômeno. O objetivo específico deste estudo foi identificar a contribuição do programa Bolsa Família para a educação básica, a partir da visão dos docentes. Do ponto de vista metodológico a inovação deste estudo consistiu em uma pesquisa empírica realizada em duas escolas estaduais, localizadas em um bairro periférico, no município de São Cristóvão/SE. Os resultados mostram que o programa contribui para o acesso e manutenção das crianças na escola no ensino, mas tem pouco impacto no desempenho escolar, de modo que pouco contribui para o desenvolvimento econômico na perspectiva aqui adotada.

Palavras-chave: Desenvolvimento Econômico; Educação e Programa Bolsa Família.

ABSTRACT

The present study has the general objective of analyzing the contribution of the Bolsa Família Program to basic education in Brazil, based on the assumption that education is one of the essential factors for the development process, in a Furtadian perspective of this phenomenon. The specific objective of this study was to identify the contribution of the Bolsa Família program to basic education, based on the teachers' perspective. From the methodological point of view the innovation of this study consisted of an empirical research carried out in two state schools, located in a peripheral district, in the municipality of São Cristóvão / SE. The results show that the program contributes to the access and maintenance of school children in school, but has little impact on school performance, so that little contribution to economic development in the perspective adopted here.

Keywords: Economic Development. Education. Family scholarship program.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar a contribuição do Bolsa Família para a escolarização de crianças, partindo do pressuposto de que a Educação é um dos fatores que mais contribui para o desenvolvimento econômico, numa perspectiva furtadiana desse fenômeno. Nesta perspectiva, o desenvolvimento econômico é entendido como, um processo de aumento sustentado da renda, decorrente da expansão do valor adicionado por habitante. Esse processo implica na incorporação do progresso técnico no sistema produtiva e desencadeia a elevação do padrão de vida da população, na medida em que produz ampliação e diversificação da oferta e da procura. Em síntese, como afirma Bresser-Pereira (2006) o desenvolvimento, nesta abordagem estruturalista, gera transformações na sociedade em três aspectos fundamentais: estrutural, institucional e cultural.

O tema possui extrema relevância, pois apesar de haver um consenso que a educação é fundamental para o desenvolvimento econômico, o investimento do Brasil nessa área é bastante limitado. Conforme dados do IPEA (2011) em 1995, o percentual do PIB gasto em educação era de 0,95 pontos percentuais, e em 2010 aumentou para 1,11 pontos percentuais. Portanto, pouco se ampliou o percentual do PIB investido, ainda que tenha aumentado o volume investido em decorrência da ampliação do PIB.

Por outro lado, cresceu no país, no início do século XXI, o gasto com assistência social, na qual se inclui o programa Bolsa Família. Este programa, criado em 2003, pelo então presidente Lula, a partir da unificação de vários programas de transferência de renda, ganhou destaque mundial pela abrangência do número de famílias, foram atendidas em 2014 mais de 14 milhões de famílias.

O benefício é repassado às famílias a partir do cumprimento de algumas condicionalidades exigidas pelo programa. Essas condicionalidades dizem respeito à saúde, alimentação e mais especificamente ao controle da frequência escolar das crianças. Mesmo transferindo um valor relativamente baixo por família (mínimo de R\$ 85,00 e máximo de aproximadamente R\$ (300,00) o programa é apontado como positivamente relacionado ao acesso e manutenção de crianças na escola. De modo que consideramos pertinente analisá-lo a partir do referencial furtadiano de desenvolvimento, que tem como preocupação as mudanças estruturais na sociedade.

O artigo divide-se em quatro itens, além desta introdução. O primeiro discute o conceito de desenvolvimento para Celso Furtado e como a educação se relaciona com esse processo. No segundo são apresentados alguns Indicadores Educacionais de Sergipe e do município de São Cristóvão. Já o terceiro subitem, “Análise da contribuição do Bolsa Família para a educação básica a partir de pesquisa empírica realizada em São Cristóvão – SE” tem como foco a discussão dos resultados da pesquisa realizada em duas escolas públicas deste município e por fim são feitas alguns considerações.

O método adotado no estudo foi o método dedutivo histórico. Conforme Bresser-Pereira (2009, pg. 164) “este método não parte de simples pressupostos, mas da observação de uma realidade complexa e em mudança”. Além disso, há uma preocupação em situar os fatos historicamente, de modo que o processo dedutivo se sustenta na sequência de fatos observado num período histórico. No que tange à metodologia o principal procedimento adotado foi a pesquisa empírica, de caráter qualitativo, desenvolvida em duas escolas públicas da rede estadual de Sergipe, localizadas no bairro Roza Elze, Conjunto Lafayette Coutinho, no município de São Cristóvão – SE. Este município, particularmente este bairro, tem grande parcela de sua população vivendo em condições de pobreza, por conseguinte um grande número de famílias beneficiárias do programa Bolsa Família. Foi aplicado um questionário com quatro questões direcionadas à direção e quatro questões direcionadas aos professores, com o intuito de verificar a contribuição do Programa Bolsa Família para o processo de escolarização.

Nesta pesquisa optou por pesquisar os profissionais da educação e não as famílias, tanto em função da exiguidade do tempo para execução, quanto em função de já terem sido realizadas pesquisas com beneficiários do programa. Como a proposta é analisar a contribuição do programa para o desenvolvimento na perspectiva furtadiana, se avaliou que aqueles que acompanham o cotidiano escolar estariam mais aptos a fornecer as respostas. A amostragem foi composta por um universo de 19 professores e duas diretoras, sendo aplicados questionários em duas escolas estaduais, localizadas em um bairro periférico, no município de São Cristóvão/SE. Trata-se de uma amostra não probabilística, de caráter intencional (Richardson, 2008). O tamanho da amostra de professores foi delimitado pelo mecanismo de saturação, quando as respostas foram se tornando repetitivas entre os componentes do grupo.

I.O Conceito de Desenvolvimento - uma abordagem furtadiana

O estudo da teoria do desenvolvimento está centrado no constante crescimento da produção resultante do processo do trabalho e seus principais reflexos na repartição do “produto social”. No entanto, não se trata de um fenômeno natural inerente a todas as sociedades. Para Furtado (2000), o desenvolvimento é um “fenômeno com uma nítida dimensão histórica”, associado ao modo de produção capitalista.

Na perspectiva de análise de Celso Furtado o desenvolvimento impacta positivamente o fator trabalho, resultando em ampliação quantitativa e qualitativa do emprego do fator trabalho. E o principal indicador desse processo de desenvolvimento, segundo o autor é o aumento do fluxo de renda por unidade de força de trabalho utilizada. De modo que, mais do que expansão do excedente, o processo de desenvolvimento deve se traduzir em expansão e diversificação da demanda interna, incorporando parcelas crescentes da população (FURTADO, 2000).

Conforme este autor, um aumento da produtividade econômica para algumas empresas, seria apenas um crescimento nos lucros, adquirido pelos empresários, sem obter algum impacto na renda global. Enquanto que para obter um crescimento econômico do conjunto deverá ocorrer uma elevação na renda real per capita, o que ocorreria com o aumento médio da produtividade do trabalho que desencadearia o processo de desenvolvimento, que por sua vez implica em “ repercussões na organização da produção e na forma como se distribui e utiliza o produto social” (FURTADO, 2000 pg. 3). Nesse sentido, o “desenvolvimento inclui o crescimento superando-o” (idem, pg.102). E um maior e melhor emprego do trabalho é fundamental para que ocorra o desenvolvimento.

Seguindo essa mesma perspectiva de análise, Bresser Pereira (2006) entende que o desenvolvimento econômico se configura como sendo o método de organização da concentração de riquezas e de integração do aperfeiçoamento tecnológico ao emprego e a riqueza, à qual proporciona o crescimento equilibrado de tudo o que é produzido ou da renda per capita, elevando também os salários e proporcionando a determinadas comunidades, melhores condições de vida.

Quanto à relação da educação com o desenvolvimento, Bresser-Pereira (2006) trata essa questão a partir da vinculação com o trabalho. Segundo ele, tanto os rendimentos per capita quanto o valor agregado aos bens e serviços se elevam por meio de capacitação de todos os trabalhadores sem exceção. E, quanto mais elevado o nível educacional dos trabalhadores, maior será sua habilidade para fins de elaboração e administração que terá como consequência, elevação do custo da mão de obra e dos salários.

A partir de outra perspectiva teórica, Bruno (2011, p. 549) também ressalta a relevância da educação para o desenvolvimento a partir da perspectiva do trabalho.

Para melhor compreendermos a relação existente entre educação e desenvolvimento econômico, cabe destacar que na mais-valia relativa o aumento do tempo de trabalho excedente resulta da passagem do trabalho simples para o trabalho complexo, o qual equivale a um múltiplo do trabalho simples executado em idêntica fração de tempo, constituindo, portanto, um acréscimo de tempo de trabalho despendido, ou seja, de valor produzido.

Isso explica a relevância da educação para o alcance do desenvolvimento econômico sendo que, é a partir dela que pode - se alcançar melhores resultados. Os trabalhadores com um nível de qualificação elevado obterão melhores resultados na fabricação de seus produtos podendo assim, tornar possível a transferência da mão de obra para atividades distintas e elevar seus rendimentos. Já os trabalhadores com um nível de qualificação menor, apresentam no curto prazo, um custo menor do ponto de vista operacional (BRESSER-PEREIRA, 2006).

Nesta mesma perspectiva de análise Bragança (2012, p. 5) afirma que “ o maior desafio para o desenvolvimento socioeconômico é a educação, uma vez que essa constitui a base para a formação do indivíduo, possuindo influência direta em sua renda média e acesso a produtos e serviços (...)”.

Segundo a Agência Brasil (2008), a FGV realizou uma pesquisa nacional onde foi mostrada que, se uma pessoa acrescentar em seu currículo um ano a mais de estudo, impactará em um aumento do salário em 15,7%. No quesito chances de ocupação usa-se o mesmo raciocínio cujo aumento, chega a 3,38%. Os dados pertencem à pesquisa

“Você no Mercado de Trabalho”, realizada pela FGV. Ainda para a FGV, esse aumento é considerado prêmio e se altera quando são adicionados mais anos. Nesses termos, a renda de alguém que não possui escolarização passa a obter 6% se ela vier a ter algum nível de escolaridade. Em relação a alguém que obtiver em seu currículo 15 anos de estudo este, elevará sua renda em 47% quando acrescentar um ano a mais no currículo.

A partir dessa constatação de que a educação é fundamental para possibilitar uma melhor ocupação e maior remuneração do fator trabalho é que se pretende analisar a contribuição do Programa Bolsa Família para o desempenho escolar de crianças, entendendo que o avanço na escolaridade é um elemento fundamental para o desenvolvimento econômico. Nesse sentido, considera-se pertinente antes de analisar a contribuição do programa, conhecer alguns indicadores educacionais do Estado de Sergipe e do Município de São Cristóvão, onde foi realizada a pesquisa empírica.

II. Alguns indicadores educacionais de Sergipe e de São Cristóvão - SE

Neste item se discute a questão educacional do estado de Sergipe. Para uma maior compreensão da relevância da educação, serão discutidos alguns indicadores socioeconômicos.

A taxa de analfabetismo em Sergipe vem apresentando queda constante entre a população de 6 a 14 anos. E a queda tem sido maior entre a população mais pobre. A taxa de analfabetismo média no estado era de 19,47% em 2001 e caiu para 15,49% em 2014, portanto o estado ainda tem uma taxa que é o dobro da média nacional. Em relação aos 20% mais ricos, durante o período observado há uma oscilação da taxa, mas ao final da série tem-se uma taxa de quase 10% e no início era de 6,84%, fato que carece de maior estudo para ser explicado. Também se trata de uma taxa muito elevada uma vez que no âmbito nacional a taxa de analfabetismo entre os 20% mais ricos não ultrapassa 2%.

Já os 20% mais pobres, apresentaram queda no percentual, o que indica que a taxa de analfabetismo nesse grupo está se reduzindo, ou seja, essa população está tendo mais acesso à educação. A taxa saiu de 29,98% em 2001 para 17,05%, mostrando-se uma queda considerável do analfabetismo. Entretanto, é também muito superior a média nacional nessa faixa de rendimento, que gira em torno de 11%.

Em relação à taxa de frequência escolar em Sergipe o Gráfico 1 mostra que há uma diferença muito elevada entre as faixas etárias.

Conforme dados do IBGE, disponíveis no Observatório/SE na faixa etária de 0 a 3 anos ocorre a menor frequência, o que evidencia a falta de estabelecimentos de educação infantil no estado, em 2013 apenas 21,6% das crianças frequentavam escolas. Nas crianças de 4 a 5 anos o Estado teve um salto significativo na taxa de frequência escolar atingindo 92% em 2013. A maior taxa de frequência é observada na faixa etária de 6 a 14 anos, quando quase 100% das crianças frequentam a escola. No entanto, no ensino médio essa taxa volta a cair, atingindo 86% em 2013.

São Cristóvão é o município sergipano em que se realizou a pesquisa empírica. É quarta cidade mais antiga do Brasil e também a primeira capital do estado de Sergipe. A cidade foi fundada no ano de 1590 por Cristóvão de Barros e desde lá passou por mudanças significativas. A cidade se estabeleceu às margens do rio Paramopama e, a partir de 1637 sofreu sucessivas invasões e foi completamente destruída, se reerguendo apenas em meados do século XVIII conforme afirma IBGE.

Em termos educacionais, o município de São Cristóvão encontra-se numa situação bastante crítica, e que demanda urgência na tentativa de superar essa situação. O censo demográfico do IBGE registrou um percentual de 97,69% de crianças da faixa de idade de 6 a 14 anos matriculada nas escolas no ano de 2010, diferente da taxa de conclusão do ensino médio de pessoas da faixa de idade de 18 anos ou mais que chegava a 33,53%, conforme estudo realizado pela prefeitura do município.

Esse baixo percentual de conclusão do ensino médio por parte dos alunos de 18 anos ou mais, é prejudicial para o desenvolvimento da cidade ou região que ocupam, pois conforme os anos vão passando os jovens deixam de frequentar a escola e não concluem o ensino médio. Mesmo com a situação crítica em que se encontra a educação no município, o estudo apontou mudanças relevantes no quesito “evasão”, pois em aproximadamente duas décadas foi possível reverter esse quadro. Em 2010, a população de 15 anos ou mais de idade que não sabia ler e nem escrever era de aproximadamente 14.626 pessoas, ou seja, a taxa de analfabetismo era 18,55%.

Em relação ao IDEB do município, a nota de São Cristóvão em 2013, foi de 3,2, não atingindo a meta esperada de 3,6. Mesmo sem atingir a meta, foi percebida uma melhoria na cidade. Diante desse contexto, a situação educacional do município apresenta um estado crítico e necessita que medidas urgentes sejam tomadas no intuito de dar ao município resultados positivos. Se compararmos a nota do município com a nota do Estado, perceberemos uma diferença considerável

III. Análise da contribuição do Bolsa Família para a escolarização de crianças no ensino fundamental - a partir de pesquisa empírica realizada em duas escolas de São Cristóvão/Se

A área escolhida para a aplicação desta pesquisa é a área educacional, abrangendo duas escolas da rede estadual de ensino e educação básica, a saber: Escola Estadual Professora Normélia Araújo Melo situada na rua A S/N, no bairro Rua (ROSA) Elze, Conjunto Lafayette Coutinho e Escola Estadual Professora Neide Mesquita também situada na rua A, Quadra 10 S/N no referido bairro.

A primeira escola, “Escola Estadual Professora Normélia Araújo Melo”, trabalha com alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental menor nos turnos matutino/vespertino. Sua fundação ocorreu em Outubro de 1992, e é dirigida atualmente pela diretora Deise Santos Nascimento. A escola possui atualmente um quadro de 29 funcionários, sendo 12 professores efetivos, 03 professores readaptados, 01 professor especialista, 02 coordenadores, 01 oficial administrativo, 01 estagiário, 01 secretária, 04 merendeiras e 04 funcionários de serviços gerais. O número de crianças matriculadas nessa escola é de 334, onde desse total, 174 são beneficiários do Programa Bolsa Família.

Já a segunda escola, “Escola Estadual Professora Neide Mesquita”, trabalha com alunos do 1º ao 9º ano, sendo que, no turno matutino são alunos do 1º ao 5º ano e no turno vespertino trabalha com alunos do 5º ao 9º ano. Fundada em Agosto de 1992 e atualmente tem em sua direção está Ana Lúcia dos Santos Brito. A escola possui um quadro de 17 professores efetivos e de 26 funcionários distribuídos entre coordenador, secretários, serventes, merendeiras e porteiro. A escola possui em sua totalidade 335 alunos, sendo o número de beneficiários do PBF igual ao da primeira escola, 174.

A realização deste estudo teve como objetivo compreender a visão dos docentes sobre a contribuição do Programa Bolsa Família destas escolas, a fim de entender a relação do programa com desenvolvimento educacional do aluno, uma vez que estudos comprovam que no Brasil o aumento dos anos de estudo é condição fundamental para um maior e melhor emprego do fator trabalho e, portanto, para o desenvolvimento econômico na perspectiva furtadiana.

IV - Análise dos Resultados

A realização da pesquisa se deu a partir de questionários e perguntas abertas e fechadas, no intuito de captar uma quantidade maior de informações de grande relevância sobre o assunto. Os questionários foram aplicados também às respectivas diretoras das escolas. A fim de aprofundar o campo deste estudo, foram aplicadas 04 questões para cada diretora e 04 questões para cada professor, com o intuito de apresentar uma opinião técnica sobre o propósito da pesquisa. A pesquisa foi direcionada a um total de 19 professores, sendo 10 da primeira escola e 09 da segunda. Após a aplicação dos questionários, observaram-se as seguintes respostas:

A primeira questão aplicada mostrou que;

84% dos professores entrevistados acreditam que o Programa Bolsa Família contribui bastante para o acesso mais cedo das crianças à escola, porém não contribui para o desempenho uma vez que, apenas a frequência do aluno é exigida pelo programa. Para que os pais continuem recebendo a bolsa, os alunos tem que estar com frequência na escola, mas não é exigido o desempenho.

A segunda questão mostrou que;

Em relação à melhoria do Programa Bolsa Família referente à escola mostrou que 78% dos professores acreditam que, se a contribuição financeira do Bolsa Família fosse atrelada à frequência, desempenho e aproveitamento, haveria uma preocupação maior dos pais em acompanhar o aprendizado dos filhos. Assim, os alunos desenvolveriam mais rápido a aprendizagem na escola.

A terceira questão mostrou que;

Em relação ao desempenho escolar de Sergipe em comparação com o Brasil, os resultados apontados foram: 63% dos professores responderam que (Sim), Sergipe apresenta resultado insatisfatório se comparado com o Brasil, por falta de uma atenção maior do Governo voltada para a formação continuada do professor, associada à falta de recursos e à estrutura precária da escola entre outros, contribuem para que o Estado não apresente um bom desempenho e isso impacta na aprendizagem do aluno.

Em relação à quarta questão

Sobre a vigência do programa juntamente com a presença da escola na tentativa de barrar a violência, tem-se que: 84% responderam que (Não) não há qualquer relação entre a escola e o programa Bolsa Família para acabar com a violência. Isso depende do meio familiar em que a criança vive. Quando a criança vive num ambiente onde recebe amor e todos os valores sociais, ela cresce livre desse mundo obscuro. Se há participação da família na vida da criança.

Já 16% dos entrevistados responderam que não observa esse acesso por causa do Programa Bolsa Família. O aumento de crianças na escola é devido à ampliação das vagas e da estrutura familiar, pois, O programa não melhora o desempenho porque a forma como o benefício é entregue à família é falha, pois não há cobrança de compromisso desta para a aprendizagem do filho.

10% dos professores acreditam que deve haver uma fiscalização maior do uso dos recursos por parte dos pais. 12% acredita que o programa não deveria existir, devido às falhas que contém ou ainda, que o Programa deve ser reformulado. assim, condições devem ser impostas para que ocorra o desempenho escolar da criança; Educação básica de qualidade com acompanhamento pedagógico;

Os pais deveriam dar prioridade à compra de itens destinados à educação e as crianças terem acesso a esses matérias para ajudar na aprendizagem.

Já os 37% responderam (Não) não é insatisfatório, pois há um número maior de escolas funcionando e mais alunos estudando; metas foram alcançadas mesmo precisando avançar mais. Sergipe apresenta resultados melhores do que alguns Estados, mesmo não acompanhando o desempenho do Brasil.

Os 16% dos entrevistados acreditam que (Sim) e apontam que: A escola tem seu papel fundamental, mas a família tem o dever de pelo menos tentar mostrar os melhores caminhos para o filho; A escola é uma forma de manter as crianças longe da violência. A presença dos pais também é importante, pois se eles procuram inserir as crianças em projetos sociais, conseguirão manter seus filhos afastados desse submundo.

Na sequência se expõe algumas das respostas obtidas para exemplificar o que responderam a maioria. Para não identificar os/as entrevistadas numerou-se as escolas e as pessoas pesquisadas.

Em relação à primeira questão, a professora 1 da escola 1 respondeu que,

“O Bolsa Família contribui para o acesso mais cedo, porém não contribui para o desempenho uma vez que, apenas a frequência do aluno é exigida pelo programa. Para que os pais continuem recebendo os alunos tem que estar com frequência na escola, mas não é exigido o bom desempenho. Isso representa uma falha”.

A professora 1 da escola 2 respondeu que,

“Em relação ao desempenho, não vejo melhora por que a forma como o Bolsa Família é entregue à família sem cobrança de compromisso desta para a aprendizagem do filho é uma falha muito grave”.

Em relação à segunda questão, a professora 2 da escola 1 respondeu que,

“Se a contribuição financeira do Bolsa Família fosse atrelada à frequência, desempenho e aproveitamento haveria uma preocupação maior dos pais em acompanhar o aprendizado dos filhos. Assim, os alunos desenvolveriam mais rápido a aprendizagem na escola”.

A professora 2 da escola 2 respondeu que,

“É preciso que haja uma mudança no programa, que seja cobrada o rendimento como condição para recebimento financeiro da bolsa. O acompanhamento da frequência já existe, e quando o aluno falta isso é passado e os pais logo são chamados. Assim, acredito que se existisse essa cobrança do rendimento, os pais se preocupariam em acompanhar o filho”.

Em relação à terceira questão, a professora 3 da escola 1 respondeu que,

“Sim. A falta de uma atenção maior do governo voltada para formação continuada do professor, associada à falta de recursos e a estrutura precária da escola entre outros, contribuem para que o estado não apresente um bom desempenho e isso impacta na aprendizagem do aluno”.

A professora 3 da escola 2 respondeu que,

“Avançou bastante. Metas foram alcançadas, mas muita coisa ainda precisa melhorar, tanto para o desempenho do aluno, quanto para o desempenho do estado, por exemplo: formação docente de qualidade; estrutura física da escola; boas condições de trabalho para o professor; bons recursos e equipamentos didáticos”.

Em relação à quarta questão, a professora 4 da escola 1 respondeu que,

“Sim. Ao invés das crianças estarem nas ruas, elas estão na escola como exige o programa. Isso já é um primeiro passo para acabar um pouco com a violência”.

A professora 4 da escola 2 respondeu que,

“De forma alguma. A violência está muito além. O fato de o pai receber uma bolsa e mandar o filho para a escola todos os dias para não perdê-la, não vai evitar essa violência. Até por que, essa questão depende do sistema, é um conjunto. O Bolsa Família só ajuda mesmo na frequência e compra de material escolar”.

Referente às respostas das diretoras, observou-se respostas similares. A primeira questão obteve a seguinte resposta: “o Programa Bolsa Família Contribui dentro dos limites da sua totalidade. O Bolsa Família foi criado para ajudar as crianças na escola através da compra de material escolar. Mas na maioria das vezes o pai não utiliza a bolsa para manutenção dos materiais dos filhos, ele utiliza o dinheiro para compra de alimentação, sendo que esse dinheiro na maioria das vezes é a única fonte para compra de alimentação. Para vir à escola o aluno precisa estar bem alimentado. Assim, ele contribui neste sentido, não no sentido educacional. Para muitos, é a única fonte de renda”.

Quanto à segunda questão, uma das diretoras destacou a contribuição do programa para garantir o acesso mais cedo e a frequência das crianças da escola. “(...) contribui muito, pois muitos pais só matriculam devido ao programa. Inclusive o Conselho Tutelar tem trazido crianças que estavam fora da escola, e aí o aluno fica sob ameaça do pai

perder sua inscrição em todos os programas sociais, inclusive o cadastro do NIS. Então, tem alguns pais principalmente da educação infantil que acabam trazendo as crianças para estudar devido à possibilidade de perder a bolsa. A questão da aprovação está sendo positiva, pois o aluno vem assistir as aulas, são motivados e conseguem a aprovação”.

Na terceira questão sobre a forma de melhorar o programa, as diretoras responderam da seguinte forma:

- Que seria necessário uma maior atenção dos pais aos seus filhos. Eles precisam estar mais próximos, acompanhar sua evolução educacional. Muitos pais ao colocarem os filhos na escola acabam jogando sobre a escola a responsabilidade de oferecer uma educação integral ao aluno. Integral no sentido educacional, familiar e higiênica. As crianças até recebem essa atenção na escola, mas quando chegam em casa não sabemos a forma que são tratadas.
- A colocação de políticas mais pontuais para aprofundar a aprendizagem principalmente a alfabetização, leitura, escrita e letramento. Eu vejo o Bolsa Família como uma política voltada apenas para incluir. Os alunos vêm à escola porque sabem que são monitorados. A partir do momento em que só se tem isso, não se pode dizer que o aluno está aprendendo, que está tendo um bom rendimento, que está se desenvolvendo. Então ainda é muito pouco.

A quarta questão obteve resposta muito semelhante, por isso selecionamos a seguinte resposta: “Se tem contribuído o percentual é bem pequeno, porque, pelo que podemos perceber a maioria dos jovens infratores já perderam a bolsa há muito tempo. A maior parte da violência aqui do bairro tem ocorrido por jovens infratores na faixa entre 12 e 16 anos. A maioria esses jovens frequenta a escola por imposição do Conselho Tutelar por achar conveniente eles estarem na escola e não nas ruas. Eles até frequentam, mas no meio do ano se evadem da escola”.

Diante dos resultados obtidos nas escolas, compreende-se a importante contribuição do Programa Bolsa Família (PBF) para inserir e manter as crianças na escola e assegurar uma melhor condição de vida às famílias. Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, foi percebido a partir das respostas dos professores, que o Programa Bolsa Família tem um importante papel em relação à escolarização das crianças, porém ainda não contribui para o desempenho escolar dos filhos. Os pais acabam mandando os filhos à escola no intuito de ter garantido o recebimento do auxílio. Mas não há grande contribuição do Programa para o rendimento escolar das crianças, o que compromete a melhoria do padrão de vida das famílias numa perspectiva geracional.

 

Considerações Finais

O objetivo desse trabalho foi analisar a contribuição do Programa Bolsa Família para a escolarização das crianças partindo do pressuposto de que a educação é um dos fatores que mais contribui para o desenvolvimento econômico, numa perspectiva estruturalista.

No decorrer da pesquisa, foi observado através das respostas dos professores, que o Programa Bolsa Família possui forte influência sobre o acesso e permanência das crianças na escola, uma vez que, para garantir-lhes o recebimento da Bolsa as exigências do programa devem ser atendidas pelas famílias beneficiárias. Alguns estudos como o de Melo (2010), Silva (2013) e Oliveira (2014) obtiveram os mesmos resultados mostrando que o PBF possibilita o acesso e permanência sob condições impostas pelo programa.

No caso específico dessas escolas se constatou que o Bolsa Família tem grande impacto no que tange à frequência escolar, porém em termos de desempenho ou rendimento o programa não possui qualquer influência, o que causa impacto negativo na vida das famílias numa perspectiva de longo prazo, tanto que no ensino médio a evasão é muito elevada mesmo com a vigência do programa.

Conforme se analisou no início deste artigo há uma relação diretamente proporcional entre educação e rendimento do trabalho no Brasil. De modo que quanto mais anos de estudo, maior é o rendimento e melhor a ocupação. À medida que as crianças têm baixa escolaridade na faixa etária dos 6 a 14 anos, maior será a dificuldade em concluir o ensino fundamental na idade certa. Em Sergipe quase 100% das crianças dessa faixa etária frequentam a escola, mas somente pouco mais de 40% concluem o ensino fundamental aos 16 anos conforme dados do Observatório de Sergipe. Logo, se a criança não possui um bom desempenho escolar, esta possivelmente não concluirá cada série na

idade certa.

O prolongamento do ensino fundamental e médio associado a outros fatores socioeconômicos vai levando a evasão escolar. Dessa forma, seu ingresso no mercado de trabalho ocorre de forma precarizada, isto é, sem qualificação, recebendo um baixo salário, estimulando a perpetuação de elevados índices de pobreza e desigualdade, o que inviabiliza o desenvolvimento econômico, na perspectiva aqui analisada, que associa esse processo com a elevação do padrão de vida da população.

 

Referências Bibliográficas

BRAGANÇA, Gleiziane Oliveira. **Educação: o desafio nacional para o desenvolvimento Socioeconômico**. 2012. Disponível em: . Acesso em: 13 Jun. 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. **O Conceito Histórico de Desenvolvimento Econômico**. Versão de 02 de março de 2006: EESP/FGV. Disponível em: . Acesso em: 20 jul. 2016.

BRUNO, Lúcia. **Educação e desenvolvimento econômico**. Revista Brasileira de Educação, v.16 n. 48, set./dez. 2011. Disponível em: . Acesso em: 16 nov. 2016.

CRAVEIRO, Clélia Brandão Alvarenga; XIMENES, Daniel de Aquino. **Dez anos do Programa Bolsa Família: desafios e perspectivas para a universalização da educação básica no Brasil**. In: _____. CAMPELHO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: IPEA, 2013. p. 494. Disponível em: . Acesso em: 12 Jul. 2017.

FAHEL, Murilo Cássio Xavier; MORAIS, Thais; FRANÇA, Bruno Cabral. **O Impacto do Bolsa Família na Inclusão Educacional: análise da matrícula escolar em Minas Gerais, 2011**, Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos. Brasília 2011 p. 98-126. Disponível em: www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area3/area3-artigo21.pdf. Acesso em: 30 abr. 2017.

FERREIRA, Nildete Virgínia Turra. **Programa Bolsa Família: O Velho com Novas Roupagens**. UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, 2010.

FURTADO, Celso. **A teoria Política do Desenvolvimento Econômico**. 10ª edição. Paz e Terra, São Paulo, 2000.

IDEB. INDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA. **Evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de Sergipe: Anos iniciais e finais do Ensino Fundamental Regular 2005 a 2015**. Disponível em: <ideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em: 20 Out. 2016.

_____. **Indicadores de Desenvolvimento Sergipano 2015: Dimensão Educação 2003 a 2013**. Observatório de Sergipe: 2015. Disponível em: . Acesso em: 09 Abr. 17.

MELO, Raul da Mota Silveira; DUARTE, Gisélia Benini. Impacto do Programa Bolsa Família sobre a Frequência Escolar: o caso da agricultura familiar no nordeste do Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural Print version ISSN 0103-2003, vol.48 nº3 Brasília Jul./ Sept.2010**. Disponível em . Acesso em 12. Jan. 2017.

OLIVEIRA, Luís Carlos Santos. **Programa Bolsa Família: efeitos no desempenho escolar e na superação da**

vulnerabilidade social de beneficiários em feira de santana-ba (2006-2012). Disponível em: . Acesso em 12 nov. 2016.

PIRES, André. **Afinal: para que servem as condicionalidades em educação do Programa Bolsa Família** Ensaio, Rio de Janeiro, v. 21, n. 80, p. 513-532, jul./set. 2013. Disponível em: . Acesso em: 30 abr. 2017.

SANTOS, Maria Ocilde Dias. **Educação e Desenvolvimento Econômico-** Análise da contribuição do Programa Bolsa Família para a educação básica a partir de pesquisa em escolas de São Cristóvão – SE 2017.

SILVA, Marluce Aparecida Ferreira da Silva. O Programa Bolsa Família: uma análise do impacto da condicionalidade “frequência escolar” na educação. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação. Universidade de Brasília Faculdade de Educação. Brasília, 2013.

SOCIAL, Ministerio do Desenvolvimento. Bolsa família/benefícios/composição de valores. Disponível em: www.mds.gov.br/bolsafamilia/beneficios/composicao-de-valores>. Acesso em: 30 abr. 2017.

As condicionalidades do BF estão entre os pontos mais polêmicos do programa. Há àqueles que defendem que as condicionalidades são muito importantes ou até mais importantes que a própria transferência de renda, pois são elas que reforçam o direito da criança à educação, ao mesmo tempo que permite a ruptura do ciclo intergeracional da pobreza. Há uma cobrança por parte dos que defendem essas condicionalidades para que o Governo fiscalize com mais rigor o cumprimento dessas contrapartidas e, alguns, até sugerem a criação de outras condicionalidades ou de outros estímulos (por exemplo, um bônus pelo desempenho). Por outro lado, há àqueles que acham que o objetivo principal do BF é o da proteção social, e ao se cobrar excessivamente contrapartidas o objetivo principal se atenua, uma vez que as famílias mais vulneráveis são, provavelmente, as que terão mais dificuldades em cumprir contrapartidas mais rigorosas.